ANDES
SINDICATO NACIONAL
CSP - CONLUTAS

SINDICATO NACIONAL DOS DOCENTES DAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR - ANDES-SN

InformANDES

Informativo
Nº 133
Brasília (DF)
Novembro de 2022

Orçamento secreto é a legalização do desvio de verbas.

Pg 6, 7, 8, 9

Participantes do 14º Conad Extraordinário do ANDES-SN deliberaram por encaminhar ao 41º Congresso a desfiliação da CSP-Conlutas.

Pág. 3

II Seminário Internacional, I Seminário Multicampia e Fronteira, I Festival de Arte e Cultura serão realizados entre 6 e 9/12 em Foz do Iguaçu.

Pág. 12

Editorial

Carta do 14º Conad extraordinário

Nos dias 12 e 13 de novembro, 75 seções sindicais, com 69 delegado(a)s, 116 observadore(a)s e 6 convidado(a)s, e 31 diretore(a)s da Diretoria Nacional, reuniram-se na sede da ADUnB, em Brasília (DF), para realizar a atualização da conjuntura e do movimento docente e o balanço da CSP-Conlutas, sua atuação nos últimos dez anos, sua relevância na luta de classes e indicar a permanência ou desfiliação do ANDES-SN da Central.

Reunido(a)s em Brasília, como bem retratado na abertura do evento, na terra de resistências, dos candangos e da luta, e em pleno avanço do capital, o 14º CONAD Extraordinário ocorre em um período histórico marcado por uma tremenda ofensiva da classe dominante sobre a classe trabalhadora; quadro de desemprego e desalento crescente; e aumento da violência em termos gerais e da violência provocada pelo próprio Estado, que age de forma acentuada contra o conjunto dos pobres, pretas e pretos das mais diversas periferias, povos originários, camponeses e o conjunto da população atingida pela exploração e opressões da sociabilidade capitalista. E, não vamos esquecer, pela pandemia que ceifou mais de 700 mil pessoas a partir da política genocida do atual governo. O ataque à vida, ao direito de existir e resistir é profundo.

Saímos daqui com a análise de que tivemos uma importantíssima vitória com a eleição de Lula contra o governo fascista de Bolsonaro, que, mesmo utilizando a máquina do Estado e um imenso esquema de corrupção pelo orçamento secreto, foi derrotado nas urnas. Nossa tarefa imediata e no médio prazo é derrotar o fascismo também nas ruas. Essa vitória é da luta que se manteve nas ruas pelo Fora Bolsonaro e contra a PEC 32, nos acampamentos indígenas, nas manifestações antirracistas, em defesa do meio ambiente e tantas outras que, somadas ao desespero da fome, do desemprego, levaram a uma enorme vontade de mudar, de esperançar.

E aqui cabe destacar que nosso sindicato apontou a necessidade de derrotar Bolsonaro, nas ruas e nas urnas, desde o 65º CONAD, realizado em Vitória da Conquista (BA), em julho deste ano. Portanto, este sindicato esteve envolvido diretamente na luta para derrotar Bolsonaro desde o início da campanha eleitoral. Passado o primeiro turno, com os resultados já indicando a continuidade do processo eleitoral, a diretoria do ANDES-SN não se furtou a indicar o voto em Lula no segundo turno, mantendo a consigna aprovada naquele momento.

Sabemos que a ação política em defesa da democracia, contra os retrocessos e pela revogação de todas as contrarreformas, não se encerra com as eleições. A conjuntura para o próximo período desafia-nos à tarefa de ampliar as lutas, colocar a resistência na rua e mobilizar nossa categoria em defesa da Educação Pública e de nossas pautas históricas. E delas não abriremos mão.

Nesse cenário, e para dar conta dessa agenda, o debate sobre a reorganização da classe é central. A unidade da classe para o enfrentamento no próximo período precisa ser necessariamente antirracista, antimachista, antilgbtfóbica, anticapacitista, ou não será!!! Essa é a classe trabalhadora brasileira forjada na história das relações sociais capitalistas deste país. O novembro negro traduz a apropriação dessa verdade! Essa luta é todo dia e vamos, no dia 20, assim bradar nas ruas!

É preciso seguir na luta em unidade com a classe trabalhadora pela defesa da democracia, dos nossos direitos, por respeito ao resultado das eleições e, fundamentalmente, para preparar o enfrentamento à extrema-direita, que está organizada e desafia-nos a colocar nosso vigor político a serviço de um projeto societário humano efetivamente emancipado.

Por isso, deliberado pela categoria, o tema do 14º CONAD Extraordinário, "CSP-CONLUTAS: balanço sobre atuação nos últimos dez anos, sua relevância na luta de classes e a permanência ou desfiliação da Central" conformou um importante debate a partir das distintas avaliações sobre o processo da vinculação do ANDES-SN à CSP-CONLUTAS. A categoria, no 14º CONAD Extraordinário, indicou que deliberemos, no 41º Congresso, a desfiliação do ANDES-SN à CSP-CONLUTAS. A categoria também deliberou por realizar em 2023 um Seminário para debater a organização da classe trabalhadora e a construção de um espaço aglutinador das lutas, com a perspectiva de realizar, por meio das Secretarias Regionais e do GTPFS, reuniões e seminários para discutir e divulgar a importância das centrais sindicais na organização das lutas em defesa da classe trabalhadora.

A reorganização da classe está na ordem do dia. As ameaças à democracia e a barbárie instaladas são desafios dos mais importantes que temos pela frente e esse processo apresenta-se num patamar avançado na luta de classes. O 41º Congresso do ANDES-SN, a partir da indicação deste CONAD definirá os rumos para o avanço da unidade tão necessária em direção à destruição da ordem do capital. E vamos vencer, em unidade, porque temos o acúmulo enraizado na construção histórica que este Sindicato consolidou com protagonismo há 41 anos.

Seguiremos com o Plano de Lutas, que a categoria vai atualizar para o próximo período, baseados em nossos princípios: um sindicato que se constrói e se fortalece pela base, com autonomia e independência de classe!

Derrotar a extrema direita e o fascismo nas ruas!

Em defesa da democracia!

Com racismo não há democracia. Viva o 20 de novembro e Viva o ANDES-SN!

Brasília (DF), 13 de novembro de 2022

EXPEDIENTE

O InformANDES é uma publicação do ANDES-SN // Site: www.andes.org.br // E-mail: imprensa@andes.org.br
Diretora Responsável: Francieli Rebelatto
Edição e Revisão: Renata Maffezoli MTb 37322/SP
Coordenação Editorial: Jamile Rodrigues MTb 0010916/DF
Coordenação de Pauta: Bruna Yunes DrT 9045/DF
Jornalistas: Bruna Yunes, Luis Andrade, Renata Maffezoli
Diagramação, arte final e finalização: Angel Holanda // Fotos: Imprensa ANDES-SN, Divulgação, Banco de Imagens

Conad Extraordinário indica ao 41º Congresso a saída do ANDES-SN da CSP-Conlutas

Foto: Lázaro Mendes | Imprensa ANDES-SN

Depois de dois dias de debates, que foram precedidos pelas discussões nas assembleias de base, as e os participantes do 14º Conad Extraordinário do ANDES-SN deliberaram por encaminhar ao 41º Congresso do Sindicato Nacional a desfiliação da CSP-Conlutas. A decisão foi aprovada no domingo (13), durante a plenária do Tema 2 Questões Organizativas, com o tema "CSP-Conlutas: balanço sobre atuação nos últimos dez anos, sua relevância na luta de classes e a permanência ou desfiliação da Central".

A realização do 14º Conad Extraordinário com pauta única foi deliberada no 40º Congresso do ANDES-SN, realizado em fevereiro de 2020, em São Paulo. O evento aconteceu no Auditório da Seção Sindical da Universidade de Brasília (Adunb SSind.), entre 12 e 13 de novembro, com a presença de representantes de 75 seções sindicais, sendo 69 delegados e delegadas, 106 observadores e observadoras, 6 convidadas e convidados e 31 diretores e diretoras do ANDES-SN, totalizando 212 pessoas.

Debates

O primeiro dia do Conad (12) foi marcado pelo debate de conjuntura, na plenária do Tema I - Movimento Docente e Conjuntura, com base nos sete textos enviados ao Caderno de Textos do Conad. As análises abordaram a atualização do debate sobre movimento docente, o fortalecimento do ANDES-SN diante da atual conjuntura, o papel de uma Central Sindical e Popular no cenário atual, a construção de uma Universidade Popular e a reconstrução do país.

Os diversos ataques do governo Bolsonaro ao longo dos últimos quatro anos, o sucateamento da educação, o desmonte das políticas públicas, o novo mandato de Lula a partir de 2023, o balanço sobre a atuação da CSP-Conlutas também fizeram parte das avaliações discutidas.

No domingo (13), os debates tiveram sequência com base as discussões realizadas nos grupos mistos na noite de sábado, acerca da permanência ou desfiliação da CSP-Conlutas, bem como o papel da Central Sindical na luta da classe trabalhadora. Foi deliberado, ainda, indicar ao 41º Congresso, que será realizado em fevereiro de 2023 no Acre, a desfiliação da Central Sindical.

Também foi aprovado realizar, no próximo ano, um seminário para debater a organização da classe trabalhadora e continuar construindo espaços aglutinadores das lutas, e também recomendações de temáticas e sintetização dos debates.

Jennifer Webb Santos, 3ª tesoureira do ANDES-SN que presidiu os trabalhos da segunda plenária, avaliou que o espaço garantiu um amplo debate entre as e os participantes. "Isso possibilitou expressar a pluralidade de opiniões e de argumentos que nós temos dentro do Sindicato e a nossa compreensão sobre a importância da entidade estar filiada a uma central sindical. E, nesse momento, democraticamente o Sindicato entende que é hora de indicar ao próximo congresso a sua desfiliação da CSP-Conlutas. Esse debate é fruto, inclusive, de um debate que a nossa base vem fazendo ao longo de um processo histórico da construção do ANDES-SN. E, manifestado aqui hoje, foi justamente isso: a síntese de todas as posições que vêm da base, das nossas seções sindicais e que são fundamentais para a construção da história do nosso sindicato", avaliou Jennifer.

Encerramento

A plenária de Encerramento do 14º Conad Extraordinário do ANDES-SN foi marcada pela aprovação das moções apresentadas pelos e pelas participantes e pela diretoria nacional do Sindicato Nacional e pela leitura da Carta de Brasília. A mesa foi composta pela presidenta do Sindicato Nacional, Rivânia Moura, pela secretária-geral Regina Ávila, pelo 1º tesoureiro, Amauri Fragoso, pela 1ª vice-presidenta da Regional Rio de Janeiro, Elizabeth Barbosa, e pela presidenta da Adunb SSind., Eliene Rocha.

Terminada a leitura da Carta, a presidenta do ANDES-SN, Rivânia Moura, declarou encerrado o 14º Conad Extraordinário do ANDES-SN, com a palavra de ordem "Com racismo, não há democracia!".

Ato em defesa da democracia e contra o racismo

Diante da conjuntura golpista e em sintonia ao Novembro Negro, as e os participantes do 14º Conad Extraordinário realizaram um ato na UnB, no sábado (12), em defesa da democracia e contra o racismo. Segundo Rosineide de Freitas, 2ª vice-presidenta da Regional Rio de Janeiro, o ato simbólico reforçou a importância do envolvimento de não-negros na luta antirracista.

"Não-negras/os precisam colocar a cara como as/os negras e negros na luta antirracista. Precisam emprestar a voz em momentos de maior violência, precisam ceder espaço e, especialmente, reconhecer seus privilégios. Numa sociedade de experiências escravocratas, ser branco é gozar de privilégios de ser, de existir, de falar, de estar, de viver, de ser bonita ou bonito. É necessário que a gente entenda que a pauta que o ANDES-SN defende há 41 anos deve, de uma vez por todas, identificar a centralidade dessa luta para não virarmos as costas para a maioria da população brasileira, que é negra'', pontuou, durante o ato.

Manifestantes voltam a ocupar as ruas em defesa da Educação

FOTO: ANDRÉ LUIS | IMPRENSA ANDES-SN

Em diversas cidades do país, manifestantes saíram às ruas em 18 de outubro, no Dia Nacional de Luta contra o Confisco das Verbas da Educação. Docentes, estudantes, técnicas e técnicos protestaram devido aos sucessivos cortes, contingenciamentos e confiscos feitos nos recursos destinados ao Ministério da Educação pelo governo de Jair Bolsonaro (PL) durante os quatro anos de governo.

Conforme nota técnica elaborada pelas Consultorias de Orçamento do Senado e da Câmara dos Deputados, em análise do No Projeto de Lei Orçamentária (Ploa) de 2023, para o próximo ano está prevista a destinação de R$ 34,4 bilhões para a Educação Superior. Esse é o menor valor nos últimos dez anos.

Em 2012, o montante destinado à Educação Superior pelo Ministério da Educação foi de R$ 41,2 bilhões. Até 2015, houve um crescimento no orçamento direcionado às IES federais que, naquele ano atingiu R$ 51,1 bi. Desde então, os sucessivos cortes foram diminuindo os valores com as despesas das IES, que não foram corrigidos nem pela inflação do período, como prevê o Teto dos Gastos estabelecido pela Emenda Constitucional 95. O quadro do Ensino Profissional é semelhante. Em 2012, foram repassados R$ 14,7 bi. Em 2014, chegou a R$ 20,4 bi. Nos anos seguintes, houve uma queda gradua e expressiva, chegando a R$ 13,5 bilhões previstos para 2023. (BOX 1)

Em luta

O último ataque do governo federal aos recursos da Educação ocorreu no final de setembro, quando foi publicado um decreto que reprogramava o orçamento do MEC até o final do mês de novembro, impactando as universidades, institutos federais e cefets. Com isso, o MEC perdeu mais R$ 1,1 bilhão do, já exíguo, orçamento da pasta. Dias após o confisco, as e os estudantes anunciaram manifestações para o dia 18.

"Precisamos entender o projeto que está estabelecido para o dia 30 de outubro. Desde o começo da nossa história, foi estabelecida que a educação superior seria apenas para os ricos e, no momento em que avançamos para uma educação pública, gratuita e de qualidade para todas e todos, começaram os ataques, especialmente a partir de 2012, quando estabelecemos a Lei das Cotas que permite o ingresso da periferia, de negras, negros, LGBTQIAP+ e mulheres nesses espaços. Quando as universidades eram para os filhos dos ricos não havia

cortes", apontou Zuleide Queiroz, 2ª vice-presidenta do ANDES-SN.

Zuleide destacou o impacto que essas medidas têm nas condições de funcionamento das instituições, além de dificultar o acesso e permanência estudantil e prejudicar também projetos de extensão que atendem à população.

A diretora do Sindicato Nacional lembrou ainda que, além da redução no orçamento da educação, houve também o enxugamento dos recursos destinados à Ciência e Tecnologia, além dos ataques à autonomia universitária, com a indicação de reitores interventores, e à liberdade de cátedra, além da perseguição política e ideológica estimulada pelo presidente da República e pelas várias figuras conservadoras de extrema-direita que ocuparam o cargo de ministro no MEC, durante o governo Bolsonaro.

"Nesses últimos quatro anos, além do congelamento que tivemos com o Teto dos Gastos, nós assistimos diversos cortes e contingenciamentos, além de intervenções diretas no desenvolvimento e no cotidiano das universidades, institutos federais e cefets. Não foi diferente neste último ano de governo, quando Bolsonaro tenta mais uma vez acabar com a educação pública. Esse é o exemplo concreto quando a gente vê a universidade apagar suas luzes", acrescentou.

A 2ª vice-presidenta do ANDES-SN alertou ainda para a necessidade de docentes, técnicos, técnicas se manterem vigilantes após o resultado da eleição, pois ainda é possível novos ataques à Educação e demais políticas sociais até dezembro.

18 de outubro

O Dia Nacional de Luta contra o Confisco das Verbas da Educação foi marcado em diversas partes do país. Em Brasília (DF), por exemplo, representantes da diretoria do ANDES-SN e da Associação dos Docentes da Universidade de Brasília (Adunb – Seção Sindical do ANDES-SN) se uniram às e aos estudantes na Galeria dos Estados e seguiram em passeata até o prédio do MEC, na Esplanada dos Ministérios, chamando atenção das pessoas nas ruas da capital federal acerca do desmonte da educação.

Em Maceió (AL), o ato público ocorreu na Praça Centenário e contou a participação de estudantes, professoras, professores e a população em geral que denunciaram os constantes cortes do governo Bolsonaro no orçamento das universidades e institutos federais. Em

Foto: Karina Dantas | ADUFAL SSIND

João Pessoa (PB), manifestantes saíram da Praça da Paz, nos Bancários, e seguiram para a frente dos portões do campus I da Universidade Federal da Paraíba (UFPB). Em Teresina, a comunidade acadêmica da Universidade Federal do Piauí (UFPI) também foi às ruas protestar.

No Rio de Janeiro, a chuva não desmobilizou a manifestação, que levou milhares de estudantes e trabalhadoras e trabalhadores da Educação para as ruas do centro da cidade, em passeata da Candelária e até a Cinelândia. Em Vitória (ES), centenas de manifestantes ocuparam as ruas da cidade em marcha que saiu da Universidade Federal do Espírito Santo em direção à Assembleia Legislativa.

Em Viçosa (MG), uma aula pública nas Quatro Pilastras – localizada na entrada da Universidade Federal de Viçosa -, e um ato foram realizados. Em Ouro Preto (MG), estudantes e docentes da Universidade Federal de Ouro Preto (Ufop) protestaram pelos corredores da instituição, enquanto em São João del Rei, a comunidade da UFSJ marchou pelas ruas da cidade. Já em Governador Valadares, o ato convocado por docentes, estudantes e técnicos da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), se concentrou na Praça do Emigrante e seguiu pelas ruas do centro da cidade, finalizando na Praça dos Pioneiros.

Em Manaus (AM), docentes, estudantes, técnicos e técnicas, trabalhadoras e trabalhadores da Justiça do Trabalho construíram uma agenda unificada contra os ataques do governo Bolsonaro. Pela manhã, ocorreu um ato no Bosque da Resistência no campus da Universidade Federal do Amazonas (Ufam) e às 14h, na Praça da Polícia, no centro da cidade. Houve também protesto na cidade de Parintins (AM).

Em Santa Maria (RS), a comunidade acadêmica se reuniu na Praça Saldanha Marinho e saiu em caminhada pelas ruas centrais da cidade para reivindicar o respeito à universidade pública e o fim dos sucessivos cortes orçamentários e do governo Bolsonaro. Ainda no Rio Grande do Sul, as comunidades acadêmicas da Universidade Federal de Pelotas (Ufpel), do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Sul-rio-grandense (IFSul) e do ensino básico ocuparam o Largo do Mercado Central da cidade e depois saíram em marcha pelo centro de Pelotas. Estudantes, docentes, técnicos e técnicas também foram às ruas em Florianópolis (SC).

Em Cuiabá (MT), a programação teve início às 15h, na Praça do Restaurante Universitário (RU). As e os manifestantes saíram em marcha até a Avenida Fernando Corrêa da Costa, percorrendo a lateral da Universidade Federal de Mato Grosso até a Reitoria da UFMT. O ato contou com, também, com a presença de membros do Instituto Técnico (IFMT). Por lá, um homem tentou intimidar as e os presentes, que protestavam contra os cortes de orçamento das universidades federais e pela revogação do Teto de Gastos (Emenda Constitucional 95). Em resposta, foi atingido por ovos e o grupo iniciou coro dizendo que "racistas e fascistas não passarão".

Orçamento secreto: a legalização de desvios de verbas

Emendas de relator já levaram mais de R$ 40 bilhões em troca de apoio do Congresso

Foto: Wesley Amaral | Câmara dos Deputados

Descrito por muitos como o "maior esquema de corrupção do planeta", o orçamento secreto ganhou notoriedade este ano, durante o pleito eleitoral, por garantir apoio do Congresso Nacional para a aprovação de medidas eleitoreiras por parte do governo de Jair Bolsonaro.

Além disso, os recursos do orçamento secreto ajudaram na reeleição de boa parte de parlamentares e também estão associados a esquemas de corrupção na construção de escolas "falsas", fraudes em compras de ambulâncias e de caminhões de lixo, entre outros desvios.

Orçamento secreto foi o apelido dado às emendas de relator do Orçamento - identificadas com o marcador de resultado primário RP-9. O mecanismo foi criado partir do Projeto de Lei do Congresso Nacional (PLN) nº 51, assinado em 3 de dezembro de 2019, pelo presidente Jair Bolsonaro (PL) e aprovado dias depois pelo Congresso Nacional.

As emendas permitem que parlamentares destinem recursos, que saem diretamente dos cofres da União, sem precisar especificar o nome dos parlamentares, limites e destinação das verbas. Isso facilita, na prática, os casos de corrupção ao permitir que o presidente negocie os recursos com as bancadas do Congresso Nacional em busca de apoio político, sem que a destinação seja transparente.

No Orçamento de 2022, a quantia autorizada para o orçamento secreto chegou a R$ 16,5 bilhões. Conforme dados da plataforma Siga Brasil, do Senado Federal, R$ 8,6 bilhões foram empenhados - ou seja, garantidos para futuro pagamento - e R$ 7,1 bilhões executados, até o dia 30 de outubro de 2022.

No ano anterior, em 2021, foram autorizados R$ 16,8 bilhões para as emendas de relator e executados R$ 16,7 bi. Já no primeiro ano do orçamento secreto, em 2020, o valor autorizado foi de R$ 20,1 bilhões com execução de R$ 19,7 bi.

Para o ano de 2023, o projeto de lei enviado pelo governo federal ao Congresso Nacional, em 31 de agosto, com a proposta de Orçamento para 2023, prevê R$ 38,8 bilhões para emendas parlamentares. Desse valor, R$ 11,7 bilhões foram destinados para emendas individuais, R$ 7,7 bilhões para emendas de bancada e R$ 19,4 bilhões para emendas de relator-geral. Desde 2020, já são cerca de R$ 45 bilhões empenhados pelo governo Bolsonaro para as "emendas de relator" e R$ 43,5 bilhões executados.

"Os valores das chamadas 'Emendas de relator' têm sido destinados

pelo Poder Executivo para atender demandas de parlamentares em suas bases eleitorais, porém, os nomes destes parlamentares não aparecem, razão pela qual estes valores têm sido chamados de 'Orçamento Secreto'. O Poder Executivo tem liberado tais valores principalmente para parlamentares da base do governo, que votam favoravelmente às medidas propostas pelo Poder Executivo, a exemplo da 'Independência do Banco Central' e outras medidas que visam favorecer o sistema da dívida, ou seja, a transferência de riqueza da classe trabalhadora para os grandes bancos e investidores", explicou Rodrigo Ávila, economista da Auditoria Cidadã da Dívida (ACD).

Como era e como ficou

Antes as emendas do Orçamento eram divididas em três tipos. As Individuais (RP6), em que as verbas eram destinadas individualmente a parlamentares, com caráter impositivo desde 2015 - ou seja, cada parlamentar decide onde alocar o dinheiro e essa emenda é obrigatória, precisa necessariamente estar no orçamento. As de bancada (RP7), destinadas às bancadas estaduais, com caráter impositivo desde 2019 - ou seja, emendas coletivas, elaboradas por deputados do mesmo estado ou região, também obrigatórias. E as de comissão (RP8), em que verbas eram destinadas às comissões temáticas do Congresso, mas não eram obrigatórias.

Após a lei de Bolsonaro, foram criadas as emendas de relator (RP9), que permitem ao relator-geral do Projeto de Lei Orçamentária Anual (Ploa) alterar ou incluir despesas. A RP9 se diferencia das demais porque é definida pelo ou pela parlamentar indicado como relator-geral do Orçamento a cada ano. Além disso, ao contrário das outras, não há critério definido quanto ao destino do dinheiro, o que dificulta a fiscalização sobre a execução da verba.

Transparência

As emendas de relator levam o apelido "secreto" porque não existem regras estabelecidas para a destinação dessas verbas e não há transparência para acompanhar para qual área está sendo destinada. Além disso, ao contrário do que ocorre com as emendas parlamentares impositivas – aquelas que todos recebem igualmente, sem distinção de quem compõe a base ou a oposição –, no orçamento secreto não é possível saber qual parlamentar indicou o valor, já que a informação não é pública.

Para José Menezes, docente da Universidade Federal de Alagoas (Ufal), o orçamento secreto nega qualquer princípio de participação, dificulta o princípio de controle social e, por ser secreto, não há como fiscalizar. O docente explica que desde a criação da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) - Lei Complementar nº 101/2000 - foi concretizado diretamente a transparência administrativa, uma vez que a legislação estabeleceu os meios para assegurar a transparência da gestão fiscal, tais como o incentivo à participação popular e a realização de audiências públicas durante os processos de elaboração e discussão dos projetos, leis de diretrizes orçamentárias e orçamentos.

A transparência passou, segundo Menezes, a ser um dos princípios fundamentais da Lei Fiscal para o controle das despesas da União, estados e municípios e também do déficit público, já que adota medidas de transparência das contas públicas na aplicação e divulgação dos resultados alcançados.

De acordo com o docente, o orçamento secreto acaba com esses pilares. "É uma forma legal de se ter uma base eleitoral cativa. Você captura o orçamento que poderia ser usado para a educação, saúde e segurança e repassa para o que ele [Bolsonaro] considera essencial. Vimos recentemente o que ocorreu com as universidades, institutos e cefets que tiveram seus repasses confiscados. Parte disso era para remeter para os compromissos do orçamento secreto. Então, esse mecanismo faz parte da desconstitucionalização dos direitos socais e a constitucionalização dos interesses da classe dominante", detalha.

Menezes explica também que o planejamento do orçamento é o que dará suporte técnico à gestão fiscal, através de mecanismos operacionais, como o Plano Plurianual (PPA), a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e a Lei Orçamentária Anual (LOA). Por meio desses instrumentos, há condições objetivas de programar a execução orçamentária e atuar no sentido do alcance de objetivos e metas prioritárias.

Foto: Pablo Valadares | Câmara dos Deputados

"O orçamento público precisa passar por esse ritual, pois é dessa forma que se assegura a participação popular. E com o orçamento secreto isso é jogado de lado porque ele nega qualquer princípio de participação, dificulta o princípio de controle social e - por ele ser secreto - não há como fiscalizar", ressalta Menezes.

Reeleição e escândalos

Uma reportagem publicada pela Revista Piauí, divulgada no dia 7 de outubro, revelou os principais partidos políticos que receberam o dinheiro o orçamento secreto: PL, Republicanos, PTB, União Brasil, PSC, PP e Patriota. Esses partidos já contaram com mais de R$ 6,2 bilhões de recursos das emendas de relator – uma bolada que, juntamente com o dinheiro recebido para a campanha eleitoral, ajudou a garantir a reeleição de pelo menos 140 parlamentares. Os valores usados pelos parlamentares do chamado "Centrão", composto por alguns desses partidos, para gastos em seus redutos eleitorais são os empenhados.

Nos últimos meses, o orçamento secreto também foi relacionado às suspeitas de fraudes e corrupção utilizando o dinheiro público, como nas compras de caminhões de lixo e a licitação bilionária do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) para a aquisição de ônibus escolares. A mais recente delas ocorreu em 14 de outubro de 2022, conforme a Agência Lupa, quando a Polícia Federal (PF) deflagrou uma operação para investigar um suposto esquema de desvio de verbas públicas do orçamento secreto. Foram cumpridos mandados nos estados do Maranhão e do Piauí, com duas prisões. Um dos presos fez pedidos de R$ 69 milhões no orçamento secreto na condição de "usuário externo". Desse total, R$ 36 milhões foram liberados pelo governo.

Também repercutiram denúncias sobre a construção de "escolas falsas", fraudes em compras de ambulâncias, desvios na Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba (Codevasf), construção irregular de mirante, suspeitas sobre a eleição de Arthur Lira (PP-AL) à presidência da Câmara dos Deputados e fraudes no Sistema Único de Saúde (SUS).

Um levantamento feito pelo jornal O Globo apontou que 10 dos 13 deputados beneficiados com valores do orçamento secreto acima de R$ 100 milhões, ao longo do mandato, foram reeleitos com desempenho melhor nas urnas do que em 2018.

STF

Em novembro de 2021, o Supremo Tribunal Federal (STF) chegou a suspender os repasses, mas voltou atrás. No pedido de desbloqueio feito ao Supremo, os presidentes da Câmara e do Senado argumentaram que a suspensão das emendas representava prejudicaria a continuidade dos serviços públicos essenciais à população, especialmente nas áreas voltadas à saúde e educação.

O STF, por sua vez, pediu mais transparência na execução das verbas e deu um prazo de 90 dias para que o sistema de monitoramento (com individualização, detalhamento e motivação das indicações) fosse instituído. O Congresso aprovou, no final de novembro de 2021, mudanças nas regras das emendas de relator. A oposição, no entanto, considerou que o novo texto não é transparente, pois ainda mantêm em sigilo os nomes das senadoras e dos senadores e das deputadas e dos deputados que indicaram emendas em 2020 e 2021.

Em maio deste ano, o Congresso encaminhou informações incompletas e sem padronização sobre o orçamento secreto. A justificativa foi de que os relatores dos orçamentos anteriores,

Foto: Diego Rocha | MEC

O orçamento secreto foi relacionado a uma licitação bilionária do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) para a aquisição de ônibus escolares

deputado Domingos Neto (PSD-CE) e senador Márcio Bittar (União-AC), tiveram dificuldades de reunir os dados, já que não havia obrigação legal para isso à época. Por isso, o presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), solicitou de forma genérica a todos os deputados, deputadas, senadoras e senadores que sinalizassem quais emendas de relator haviam sido apoiadas por cada um. Cada parlamentar respondeu de uma forma. Alguns não detalharam os valores das emendas, nem os estados e municípios beneficiados. Muitos sequer responderam o ofício.

"A população que mais precisa dos serviços é a que mais perde com o orçamento secreto. Também perde o regime democrático porque você legaliza uma prática histórica, condenável e reduz as possiblidades de fiscalização, salvo quando a imprensa consegue denunciar alguma coisa", diz José Menezes, docente da Ufal.

Orçamento secreto para 2023

Com a vitória de Luiz Inácio Lula da Silva (PT), em 30 de outubro, o futuro do Orçamento Secreto está indefinido. Durante sua campanha, o presidente eleito fez fortes críticas ao mecanismo e disse que iria acabar com o mesmo. A expectativa é que o Supremo Tribunal Federal (STF) declare o sistema inconstitucional ainda esse ano para que já seja retirado da Lei Orçamentária para 2023.

A relatora da ação que questiona o orçamento secreto é a ministra Rosa Weber, atual presidente do STF. Em novembro do ano passado, Weber ordenou que o governo Bolsonaro divulgasse integralmente o pagamento das emendas de relator. Um ano depois, isso não aconteceu.

Durante o segundo turno das eleições presidenciais, em 14 de outubro a Operação Quebra Ossos, da Polícia Federal, resultou na prisão de duas pessoas em suposto esquema de corrupção com recursos de emendas de relator.

Caso o STF declare a RP 9 inconstitucional, Lula terá maior espaço no orçamento para começar a reorganizar programas sociais, como o Farmácia Popular, e políticas públicas que foram desmontadas durante o governo Bolsonaro, bem como recompor o orçamento da Educação e Saúde públicas.

MATERIAL PRODUZIDO POR: AGÊNCIA LUPA

Racismo no Brasil – Uma realidade a ser combatida

FOTO: LÁZARO MENDES | IMPRENSA ANDES-SN

Durante o 14º Conad, diretoria do ANDES-SN realiza ato pela democracia e contra o racismo na Universidade de Brasília

Celebrado em 20 de novembro, o Dia Nacional da Consciência Negra relembra a morte de Zumbi dos Palmares, líder do maior quilombo do país, o Quilombo dos Palmares, assassinado brutalmente em 1695. A data foi instituída oficialmente pela Lei nº 12.519, de 10 de novembro de 2011.

Além desse dia, durante todo o mês de novembro atividades e manifestações chamam atenção para a necessidade de ampliar a luta antirracista no Brasil e o combate às desigualdades sociais, marcadas pelo racismo, para avançar em uma sociedade mais justa.

O ANDES-SN tem em seu calendário o 22 de novembro, como Dia Nacional de combate ao racismo nas Universidades, Institutos Federais e Cefets. A data foi aprovada durante o 64º Conad e incorporada ao calendário de lutas do Sindicato Nacional.

Durante o 14º Conad Extraordinário, que acontecerá nos dias 12 e 13 de novembro na Universidade de Brasília, será realizado um ato em defesa da democracia e pela luta antirracista no Brasil, com o mote "Com racismo, não há democracia!".

Direitos negados às pessoas pretas e pardas

No último mês de outubro, a Articulação de Resgate e Reforço da Agenda de Durban, composta pelas entidades Criola, Geledés – Instituto da Mulher Negra, Comunidade Bahá'í do Brasil, Coalizão Negra por Direitos e Instituto Raça e Igualdade e outras, denunciaram o Brasil ao Comitê pela Eliminação da Discriminação Racial das Nações Unidas (ONU) por não ter sido capaz de garantir os direitos humanos e as liberdades fundamentais da população negra durante o governo de Jair Bolsonaro.

O documento tem como objetivo apontar as falhas do governo Bolsonaro no combate ao racismo e alertar a ONU de que a população brasileira preta e parda têm os seus direitos básicos negados. O relatório foi entregue às vésperas da sessão da ONU que avaliou se os compromissos do estado brasileiro para erradicação do racismo haviam sido implementados.

Em 2020, o Brasil entregou ao Comitê da ONU um informe que tratava do contexto do país entre 2004 e 2017, porém, excluiu os dados do racismo estrutural, agravado pela economia e política excludente dos últimos anos.

Pessoas pretas e pardas em vulnerabilidade

Dados de uma pesquisa divulgada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) em 2019 apontavam que pretos e pardos que compõem a população negra do Brasil são maioria entre trabalhadores e trabalhadoras desocupados (64,2%) ou subutilizados (66,1%). Em relação ao trabalho informal, os números também são expressivos. Enquanto 34,6% de pessoas brancas se encontram em condições informais de trabalho, a informalidade atinge 47,3% das pessoas pretas e pardas.

Em 2021, Dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio do IBGE (PNAD/IBGE) apontaram que o percentual de pretos e pardos desempregados ou desocupados há mais de dois anos é superior à média nacional e acima da média da população branca. No segundo trimestre de 2021, de acordo com a PNAD, a taxa de desemprego entre trabalhadores e trabalhadoras declarados como pretos e pardos era de 16,2%, enquanto a de brancos estava em 11,7%.

Rita Ferreira, coordenadora estadual do Movimento Sem Teto da Bahia, destaca que o racismo se mostra presente pela omissão do Estado, pela violência contra corpos negros, pelo preconceito contra as religiões de matriz africana. Para conscientizar e combater o racismo, Rita conta que existem movimentos que realizam formação política dentro das ocupações "trabalhando com o teatro do oprimido, a gente mostra para o nosso povo maneiras de entender e reconhecer o racismo, combatendo-o. Lutamos não por querer, mas porque é preciso entender nossa história e proteger o nosso futuro", explica.

25/11: Dia Internacional pela Eliminação da Violência Contra as Mulheres

O 25 de novembro marca o Dia Internacional pela Eliminação da Violência Contra as Mulheres, com o objetivo de denunciar os crimes contra as mulheres no mundo todo e exigir políticas em todos os países para sua erradicação.

A data homenageia as irmãs Mirabal - Pátria, Minerva e Maria Teresa -, conhecidas como Las Mariposas, que, por sua resistência à ditadura de Rafael Leónidas Trujillo, na República Dominicana, foram torturadas e assassinadas neste mesmo dia, em 1960. No Primeiro Encontro Feminista Latino-Americano e Caribenho de 1981, realizado em Bogotá (Colômbia), a data do brutal assassinato das irmãs foi proposta como dia Latino-Americano e Caribenho de luta contra a violência à mulher.

Em 17 de dezembro de 1999, a Assembleia Geral das Nações Unidas declarou 25 de novembro como dia internacional. Nesta data começam também os 16 dias de ativismo contra a violência de gênero, que terminam em 10 de dezembro, Dia dos Direitos Humanos.

No Brasil

Em 1º de agosto de 1996, o presidente Fernando Henrique Cardoso (FHC) assinou o decreto nº 1973/1996, que promulgou a Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher. O texto reconhece como violência contra a mulher "qualquer ato ou conduta baseada no gênero, que cause morte, dano ou sofrimento físico, sexual ou psicológico à mulher, tanto na esfera pública como na esfera privada".

Ano depois, foram sancionadas pelos governos Lula e Dilma, respectivamente, as leis Maria da Penha (11.340/06) e a Lei do Feminicídio (13.104/2015), ambas consideradas vitórias do movimento feminista no combate à violência contra as mulheres. A aprovação da Lei Maria da Penha e sua regulamentação, por exemplo, possibilitou a implementação de políticas públicas e de equipamentos públicos designados, como as Delegacias de Atendimento às Mulheres (DEAMs), Centros e Núcleos de Atendimento as Mulheres e Casas Abrigos de Proteção as Mulheres e os Juizados Especiais de Violência Doméstica Especiais de Violência Doméstica. Já a Lei do Feminicídio prevê circunstância qualificadora do crime de homicídio e incluiu o feminicídio no rol dos crimes hediondos.

Eleutéria Amora da Silva, Coordenadora Geral da Casa da Mulher Trabalhadora (CAMTRA), afirma que o Brasil ainda é um país violento contra as mulheres e aponta que é importante denunciar todo tipo de violência. "O Brasil tem recorde em casos de feminicídio, mesmo tendo uma política voltada ao enfrentamento da violência contra as mulheres, Delegacias Especiais de Atendimento às Mulheres (DEAM), Centros de Atendimento Psicológico às mulheres, Lei Maria da Penha e Lei do Feminicídio. Isso não tem sido suficiente para diminuir ou acabar com a violência contra as mulheres. Neste dia 25 de novembro, as mulheres no mundo todo estarão indo às ruas para dizer um basta à essa violência!", comenta.

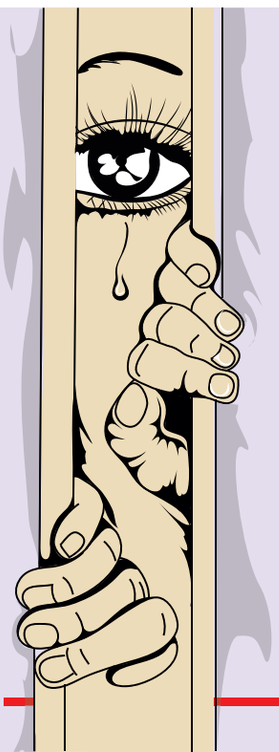
Dados sobre violência

De acordo com a Organização Mundial de Saúde (OMS), em todo o mundo estima-se que cerca de 1 em cada 3 mulheres é submetida a algum tipo de violência, o que representa cerca de 736 milhões de mulheres.

No Brasil, segundo levantamento do Fórum de Segurança Pública, em 2021, foram 1.319 feminicídios no país. Em média, uma brasileira foi vítima de feminicídio a cada 7 horas.

Também no ano passado foram registrados 56.098 estupros (incluindo vulneráveis), apenas do gênero feminino. Isso significa dizer que, no ano passado, uma menina ou mulher foi vítima de estupro a cada 10 minutos, considerando apenas os casos que chegaram até as autoridades policiais.

Os números de registros de crimes contra meninas e mulheres aqui apresentados visibilizam o quadro de violência vivenciado por elas durante a pandemia. Apenas entre março de 2020, mês que marca o início da pandemia de covid-19 no país, e dezembro de 2021, último mês com dados disponíveis, foram 2.451 feminicídios e 100.398 casos de estupro e estupro de vulnerável de vítimas do gênero feminino.



VIOLÊNCIA CONTRA AS MULHERES EM DADOS

9 mulheres foram vítimas de agressão por minuto em 2018

Um estupro a cada 8 minutos é registrado no Brasil

Mais de 25 mil crimes de estupro contra meninas por ano no país

CRONÔMETRO DA VIOLÊNCIA

Uma travesti ou mulher trans é assassinada no país a cada **2 dias**

Uma menina ou mulher é estuprada a cada **10 minutos**

Três mulheres são vítimas de feminicídio a cada **um dia**

26 mulheres sofrem agressão física **por hora**

Eventos em Foz do Iguaçu (PR) abordarão Educação, organização docente, Multicampia e Fronteira

Papel da arte e cultura na luta da classe trabalhadora também estará em pauta

Entre os dias 6 e 9 de dezembro, o ANDES-SN realizará o "II Seminário Internacional Educação Superior na América Latina e Caribe e Organização do(a)s Trabalhadore(a)s", o "I Seminário Multicampia e Fronteira" e o "I Festival de Arte e Cultura: sem fronteiras, a arte respira lucha". Os três eventos concomitantes acontecerão nas dependências da Universidade Federal da Integração Latino-Americana (Unila) e na Universidade Estadual do Oeste do Paraná (Unioeste), na cidade de Foz do Iguaçu (PR). Também estão previstas atividades em Ciudad del Este (Paraguai) e Puerto Iguazú (Argentina), que fazem fronteira com a cidade paranaense.

Francieli Rebelatto, 2ª secretária do ANDES-SN, ressalta que as características que marcam a Unila e a Unioeste - o internacionalismo, a multicampia e a realidade de uma região de fronteira -, corroboram significativamente para os debates propostos em ambos os seminários, que possuem vários pontos de conexão. "Desde a perspectiva de termos um espaço de acúmulo sobre as condições de trabalho e os desafios das universidades em nosso continente, destacando os enfrentamentos de universidades que estão às margens dos nossos territórios e como a condição da multicampia compõe novos desafios para a estruturação das universidades, a permanência dos estudantes, dentre outros", afirma.

A diretora do Sindicato Nacional acrescenta que as atividades contarão com a presença de representantes sindicais e docentes pesquisadores e pesquisadoras de vários países, entre eles, Argentina, Uruguai, Paraguai, Cuba, Haiti, Bolívia, México, o que permitirá debates que perpassem os desafios à organização dos trabalhadores e das trabalhadoras docentes no continente latino-americano e caribenho, por exemplo, como as universidades têm enfrentado as opressões da sociabilidade capitalista e a presença, cada vez maior, de propostas de ensino remoto.

"Entendemos que esses debates são fundamentais para o fortalecimento de nossas lutas em defesa de uma universidade pública, gratuita, socialmente referenciada e com perspectiva internacionalista. Mais do que isso, é fundamental entendermos como docentes de outros países têm enfrentado os arrochos salariais, as dificuldades com cortes orçamentários, as expressões do fascismo em nossa realidade. Ou seja, compartilhar essas experiências de luta dos países hermanos nos ajuda a organizar a resistência no Brasil e no continente, tendo maior nitidez de como o capitalismo avança sobre a educação pública e sobre as condições de vida e de trabalho dos professores e das professoras", ressalta.

A diretora do ANDES-SN lembra também do encaminhamento aprovado no 65º Conad do ANDES-SN de avançar no debate de afiliação do Sindicato Nacional à entidade internacional do setor da Educação. Segundo ela, os seminários ajudarão a ampliar o debate sobre o papel do sindicato nas lutas internacionais e também será uma excelente oportunidade para aprofundar a compreensão sobre quais são os enfrentamentos específicos das universidades que estão em territórios de fronteira.

Arte respira lucha

Também nessa perspectiva de pensar a luta do Sindicato Nacional sob a ótica internacionalista, o I Festival de Arte do ANDES-SN acontecerá nesse contexto de integração latino-americana. A atividade contará com artistas do Brasil, da Argentina e do Paraguai, ampliando o horizonte de conhecimento sobre a diversidade artística e seu papel fundamental nas lutas por emancipação.

"Aproveitamos que a região da fronteira e a Unila, em especial, têm expressões artísticas que trazem essa presença marcante da América Latina para iniciarmos a caminhada do nosso Festival de Artes, com essa perspectiva de integração latino-americana. Tivemos um ano de muitos enfrentamentos para nosso sindicato, com isso, entendemos que finalizar esta jornada com este encontro em Foz do Iguaçu fortalecerá o sindicato para os desafios do próximo ano", conclui Francieli.

Aponte a câmera do seu celular para o QR Code abaixo e confira a programação dos eventos: